



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 42/XIII/ 2.ª SL

Aos 27 dias do mês de setembro de 2016, pelas 08:30 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

*08:30 - Audição do Ministro da Saúde, requerida pelo CDS-PP, para explicar o aumento dos pagamentos em atraso aos fornecedores dos hospitais.*

*09:30 - Audição do Ministro da Saúde, ao abrigo do n.º2 do artigo 104.º do RAR (1.ª audição obrigatória), sobre Política Geral de Saúde.*

---

08:30 - Audição do Ministro da Saúde, requerida pelo CDS-PP, para explicar o aumento dos pagamentos em atraso aos fornecedores dos hospitais

*(a audição foi integralmente gravada)*

O Presidente da Comissão iniciou os trabalhos cumprimentando o Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, que veio acompanhado pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Fernando Araújo e pelo Secretário de Estado da Saúde, Manuel Delgado, informando sobre as grelhas de tempos que irão ser utilizadas. O Presidente deu a palavra à Deputada Isabel Galriça Neto, para apresentar o [requerimento](#) que solicita uma explicação sobre o aumento dos pagamentos em atraso aos fornecedores dos hospitais.

A Deputada Isabel Galriça Neto, depois de cumprimentar o Ministro e os Secretários de Estado, disse que constata que, com os dados publicados pela Direção Geral do Orçamento, e para os quais já chamou a atenção do Ministro anteriormente, há um aumento das dívidas no mês de agosto de 2016, comparando com igual período do ano anterior. Referiu outros dados relativos ao baixo grau de execução orçamental, o elevado atraso nos pagamentos na ARS de Lisboa e Vale do Tejo; problemas com o cheque dentista na ARS Norte, estando-se a assistir ao regresso de uma dívida que compromete a sustentabilidade do SNS e a coesão social. Entende que a implementação das 35 horas foi uma medida precipitada e que está a contribuir para o aumento da dívida. Concluindo, o CDS-PP quer respostas às suas dúvidas, considerando que os portugueses também precisam de mais esclarecimentos.

O Deputado Luís Vales cumprimentou o Ministro e os Secretários de Estado. Lembrou que em 2011 o Tribunal de Contas traçava um verdadeiro desastre na área da saúde, tendo sido necessário que o Governo anterior realizasse um programa de regularização de dívidas, que o



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 42/XIII/ 2.ª SL

Governo atual já as aumentou segundo os dados revelados pela Direção Geral do Orçamento. A dívida a fornecedores está a aumentar bastante, mas como não estão a ser efetuados pagamentos, essa dívida não conta para o défice. O PSD está preocupado com a diminuição do acesso à saúde por parte dos portugueses, questionando o Ministro da Saúde sobre o que vai fazer para inverter a situação, sugerindo-lhe que reconheça que nem tudo está bem e que vai mudar de política.

O Deputado António Sales cumprimentou o Ministro e os Secretários de Estado. Considerou que a apresentação do requerimento foi precipitada, porque lhe parece que os portugueses não pretendem saber mensalmente o valor da dívida, mas o seu valor no final do ano. Deu exemplos da falta de rigor orçamental do anterior Governo, interessando o valor da dívida e não o do défice. Os portugueses querem saber como é que este Governo vai gastar o seu dinheiro, designadamente o que pensa fazer para diminuir o n.º de utentes sem médico de família. Se o problema do sistema é de subfinanciamento, quais são as políticas da saúde que constarão do Orçamento de Estado para 2017 e como se poderão compatibilizar essas necessidades com o rigor orçamental.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou o Ministro e os Secretários de Estado. Os dados da execução orçamental foram conhecidos no dia anterior, mas há que olhar para os dados de forma positiva, ou seja, estão a ser prestados melhores cuidados de saúde, os utentes acedem com mais facilidade ao SNS, nomeadamente devido à diminuição das taxas moderadoras e a um melhor acesso a medicamentos. Os rendimentos dos portugueses estão a ser repostos e há novas contratações no SNS e tudo isso foi feito com uma execução orçamental próxima da anterior. Concluiu referindo que o valor das dívidas mostra que o SNS está subfinanciado, sendo preciso aumentar o seu financiamento.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou o Ministro e os Secretários de Estado. O PCP não desvaloriza o objeto do requerimento, trata-se de um assunto que merece a sua preocupação, embora não seja um assunto novo, como lembra a Associação Portuguesa de Apoio Domiciliário. O aumento das dívidas do SNS leva a que pequenas e médias empresas se confrontem com dificuldades, pelo que devem ser encontradas formas de resolver o problema. Recordou que têm sido anos e anos a fio de subfinanciamento do SNS, e, apesar da dotação orçamental do SNS ter aumentado em 2016, ainda é insuficiente. O aumento dos encargos com os meios complementares de diagnóstico tem de ser revertido, o que passa, por exemplo, por haver uma maior internalização, usando os meios do SNS para os realizar. Perguntou ao ministro qual é o plano que está gizado para combater os pagamentos em atraso.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 42/XIII/ 2.ª SL

O Ministro da Saúde cumprimentou o Presidente e os Deputados. Saliu que a questão que preocupa o CDS-PP também preocupa o Governo e todos os portugueses. Vê que a oposição recolhe dados disponibilizados pelo Governo no portal do Ministério da Saúde, aonde não há falta de transparência, está a verdade. Num quadro de subfinanciamento crónico da saúde, muito tempo vai passar até que se encontre um ponto de equilíbrio. Referiu que estão a ser comparadas coisas incomparáveis, porque em 2014 houve um reforço extraordinário de 365 milhões de euros, o que não existiu para este Governo. Disse que o Governo vai procurar cumprir o seu objetivo orçamental, com o mínimo desvio de execução orçamental e, em termos de saúde, está a fazer tudo para que os pagamentos se aproximem dos prazos de 2015, sobretudo para as empresas mais vulneráveis e que dependem dos pagamentos do Estado. Deu esclarecimentos sobre o cheque dentista, sobre a implementação das 35 horas, cuja despesa está abaixo do que esperavam e sobre a entrada de mais enfermeiros e de mais médicos no sistema. Uma Legislatura dura quatro anos e não se pode fazer num o que está previsto fazer em quatro, salientando que neste primeiro ano a aposta foi direcionada para os recursos humanos, de médicos, de enfermeiros e de outros profissionais. Está expectante que a execução orçamental do mês de setembro traga boas notícias e no final do ano haverá condições para aumentar a internalização dos meios complementares de diagnóstico.

09:30 - Audição do Ministro da Saúde, ao abrigo do n.º2 do artigo 104.º do RAR (1.ª audição obrigatória), sobre Política Geral de Saúde

*(a audição foi integralmente gravada)*

Seguiu-se a 1.ª audição obrigatória, sobre «*Política Geral de Saúde*», que se iniciou com uma intervenção inicial do Ministro da Saúde, começando por dar conta de que este mês foram comemorados os 37 anos do SNS e que o Conselho de Ministros reuniu no dia 15 de setembro, dedicado exclusivamente à Saúde tendo tomado diversas decisões, nomeadamente, a aprovação de uma alteração à Lei do Tabaco e uma nova Estratégia de Promoção da Alimentação Saudável, o desenvolvimento da legislação para um Sistema Integrado de Gestão do Acesso (SIGA), a criação do Conselho Nacional de Saúde, a aprovação do Registo Oncológico Nacional (RON), o melhoramento das condições para a fixação, de forma voluntária e sem penalizações, de médicos nas regiões carenciadas, a possibilidade de implementação de Centros de Responsabilidade Integrada (CRI), a aprovação do regime jurídico das farmácias de oficina (medida *simplex*) e a aprovação histórica do documento sobre o ato em saúde, que teve o apoio de todas as Ordens Profissionais. Em 2016 foram reduzidas as taxas moderadoras e reposto o direito ao transporte de



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 42/XIII/ 2.ª SL

doentes não urgentes, de acordo com as condições clínicas, sociais e económicas e também foram isentos os bombeiros e os dadores de sangue, o que contribuiu para um aumento das dádivas. Foi relançada a reforma dos Cuidados de Saúde Primários, aumentando a cobertura por equipas de saúde familiar e, desde a entrada em funções do Governo até ao início de outubro deste ano, estarão criadas 21 USF do tipo A e 19 do tipo B. Foi ainda melhorado o acesso à Saúde Oral com a implementação de consultas nos CSP, estando a ocorrer experiências-piloto em 13 centros de saúde e os rastreios oftalmológicos são uma realidade. Falou do investimento previsto na remodelação e construção de mais de duas dezenas de unidades de saúde.

Na reforma dos cuidados de saúde hospitalares, foram ampliados e reconhecidos os Centros de Referência e lançados os centros académicos clínicos. A reforma dos cuidados continuados integrados continua a apostar na desmaterialização do processo de referenciação e na resposta no domicílio e em ambulatório e procedeu-se a um reforço dos cuidados paliativos, tendo sido nomeada a primeira coordenação nacional e já se encontra em discussão pública o plano estratégico nacional. Aumentou o número de vagas em todas as tipologias da rede nacional de cuidados continuados integrados e foi inaugurada a primeira unidade de cuidados integrados pediátricos da Península Ibérica, estando aprovadas para este ano mais 684 camas. Na Política do Medicamento foi assinado o compromisso para a sustentabilidade e o desenvolvimento do SNS 2016-2018.

Para fazer face ao compromisso da reposição das 35h estão a ser feitas mais contratações e desde a entrada em funções deste Governo, o número de recursos humanos de médicos, enfermeiros e outros profissionais tem aumentado. Para o internato médico de 2016 entraram 2147 médicos, sendo o número mais elevado nas últimas décadas, o que representa uma aposta clara deste governo na formação dos profissionais. Estão a realizar mais consultas nos cuidados de saúde primários, mais consultas hospitalares e mais cirurgias e mais transplantes face ao período homólogo anterior. Concluiu *«dizendo que as políticas a adotar visam revigorar e recuperar o desempenho do SNS, reforçando a equidade no acesso e a qualidade dos serviços prestados pelo SNS. Estamos também já a trabalhar no próximo Orçamento de Estado que trará medidas de reforço do SNS, seguindo as orientações validadas no programa do governo e o desígnio de colocar o cidadão no centro do sistema»*.

O Deputado Miguel Santos disse ter dificuldade em acreditar nas afirmações do Ministro, tendo em conta os dados conhecidos, designadamente os divulgados pela Direção Geral do Orçamento que mostram a derrapagem dos pagamentos aos fornecedores dos hospitais, registando-se um



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 42/XIII/ 2.ª SL

aumento de 52% em 2016 face ao período homólogo de 2015. De facto, o défice agravou-se em 2015, mas quem fechou as contas desse ano foi o atual Governo, o qual também é o responsável pela execução do mês de dezembro e à sua conta o agravou o défice, fazendo isso através da antecipação de custos e transferindo proveitos para 2016, como as notas de crédito da APIFARMA. Tem notícia que as transferências para os hospitais estão sendo antecipadas de um mês, perguntando o que vai ser transferido no mês de dezembro e como vai colmatar esta gestão. Em relação ao Parecer da Procuradoria-Geral da República, sobre a quota de medicamentos para a Hepatite C, perguntou se o Parecer vai ser homologado.

O Ministro da Saúde agradeceu as questões. Rebateu os números apresentados pelo Deputado referindo que os dados podem ser comparados, mas têm de ser analisados pelas medidas extraordinárias. Os contratos programa e os relatórios do SIGIC irão ser publicados. No que se refere ao Parecer da Procuradoria-Geral da República, sobre a quota de medicamentos da Hepatite C, foi pedida uma esclarecimento, porque inicialmente não foram disponibilizados à Procuradoria todos os dados. Assim que estiver na posse dessa esclarecimento, o Parecer será homologado pelo Ministério e disponibilizado.

A Deputada Luísa Salgueiro falou da comemoração de mais um aniversário do SNS e da homenagem ao seu fundador António Arnaut, honrando-nos que entidades internacionais considerem o SNS ao nível dos melhores. Considerou importantes as medidas anunciadas pelo Ministro e que foram debatidas num Conselho de Ministros dedicado exclusivamente à saúde.

Reconheceu que existem áreas na saúde onde há défice de recursos, principalmente de enfermeiros, tendo perguntado se será possível proceder à sua contratação ainda este ano. Disse concordar com a necessidade de investir na manutenção dos equipamentos de ponta. Está de acordo com as medidas anunciadas pelo Ministro de entre as quais, o reforço dos cuidados de saúde primários na saúde oral e na saúde visual, na livre circulação dentro do SNS, nos contratos de afiliação, na aposta nos cuidados continuados e na experiência piloto nos cuidados paliativos. Em face das medidas anunciadas a 15 de setembro e elencadas na intervenção inicial do Ministro, quais serão as suas grandes prioridades.

O Ministro frisou que foi agradável verificar que entre 180 países, Portugal está no 21.º lugar em termos de saúde e isso deve-se à ousadia da criação do SNS em 1979, que teve a participação dos diversos partidos, e, fundamentalmente, dos mais de 120 mil profissionais que aí trabalham. A prioridade para 2016 é a de consolidar o fator humano, o que está a ser feito num quadro de responsabilidade orçamental. Admitiu a necessidade de investir 800 milhões de euros no parque



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 42/XIII/ 2.ª SL

tecnológico, não no próximo ano, mas ao longo da legislatura, bem como na área da informática, também vai ser feito um esforço intenso com a distribuição de mais de 10 mil computadores. Vai continuar a prossecução da estabilidade dos recursos humanos, estando os recursos de enfermagem a aproximar-se dos valores mínimos exigíveis, vão abrir 684 novas camas nos cuidados continuados e 20 novas camas nos cuidados paliativos, sendo 10 delas de cuidados pediátricos.

O Deputado Moisés Ferreira chamou a atenção para a necessidade de se perceber qual é o ponto de partida para o OE 2017. Recordou que o Relatório de Acesso de 2015 mostra que no final da Legislatura havia mais de um milhão de utentes sem médico de família, que a quarta parte das consultas foram realizadas fora do tempo recomendado, que aumentou a lista para cirurgia, bem como aumentou o recurso a privados no caso dos meios complementares. Perguntou o que está a ser feito para melhorar a *performance* do SNS, designadamente se haverá cobertura total de utentes com médico de família, se os projetos-piloto sobre saúde visual e saúde oral também passarão a ter cobertura total, entendendo que tudo isto implica a contratação de mais pessoal, como enfermeiros e farmacêuticos hospitalares. Pediu esclarecimentos sobre o plano especial de revitalização da *Galilei Saúde*.

O Ministro referiu que o Registo Nacional de Utentes tem vindo a ser melhorado, registando-se atualmente cerca de 10 milhões de utentes e fará as diligências para atingir a cobertura total com médicos de medicina geral e familiar durante a Legislatura. No que se refere às especialidades médicas há dificuldade em dispor de profissionais suficientes para algumas delas, como ortopedia e oftalmologia. Tem havido um esforço de internalização do SNS, que se comprova pela emissão de apenas 10 mil vales cirurgia em 2016, quando em 2015 foram emitidos 72 mil. Sublinhou que o bem maior para a saúde é fechar o ano de modo a adquirir a estabilidade orçamental. A *Galilei Saúde* está na esfera de influência do Ministério das Finanças, pelo que se vai inteirar sobre a questão, informando depois a Comissão de Saúde.

A Deputada Isabel Galriça Neto agradeceu as respostas às questões colocadas na primeira parte do debate, mas a sua preocupação mantém-se quanto ao aumento dos pagamentos em atraso. A realidade não pode ser protelada e os portugueses têm matéria para estar preocupados porque os dados conhecidos levam a isso, sublinhando que o ponto de partida do anterior Governo não foi o mesmo deste Governo. Disse não entender como vai ser cumprida a promessa de aumento dos exames de colonoscopia e mamografia, se não há investimento, e também não entende como se



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 42/XIII/ 2.ª SL

pode compaginar o reconhecimento da falta de verbas com os compromissos que, as bancadas que o apoiam vão assumindo. Congratulou-se com o Plano Estratégico dos Cuidados Paliativos mesmo com a anunciada falta de recursos financeiros. A terminar, perguntou qual o número de USF que prevê abrir em 2016 tanto do modelo A como do B.

O Ministro entregou um documento sobre [Medidas aprovadas e ação governativa](#), que é útil do ponto de vista pedagógico porque mostra os pontos de partida e vai ser distribuído por todos os Deputados. Quanto à crítica da falta de investimento, isso não é verdade porque está a fazê-lo no que é mais importante, ou seja, nos profissionais. Prestou esclarecimentos adicionais, nomeadamente sobre o programa de alargamento do rastreio da colonoscopia e da mamografia, sobre a colocação de médicos no interior até final da Legislatura, que será facilitada com implementação dos Centros de Responsabilidade Integrada, e até final da Legislatura irá tornar marginal a colocação de pessoal com recurso às empresas de trabalho temporário.

A Deputada Carla Cruz abordou questões relativas à falta de enfermeiros e à aplicação das 35 horas para todos os trabalhadores, independentemente do seu vínculo. Falou da necessidade de internalização dos meios complementares e da entrada de mais profissionais no SNS. A valorização das carreiras é um elemento central para a colocação de profissionais. Perguntou de que forma é que o Governo prevê substituir o recurso a empresas de trabalho temporário, por profissionais no SNS e se os médicos do internato, que não conseguiram aceder à especialidade e cujo contrato termina no final do ano, terão acesso a formação especializada. Em termos de prioridades, perguntou qual vai ser o plano de investimentos, tanto em termos da informática como do parque do edificado e dos equipamentos, a fim de se prestar um serviço de qualidade no SNS.

O Ministro referiu que a requalificação dos profissionais, que é um trabalho para a Legislatura, corresponde às suas expectativas legítimas e o aumento do número de profissionais para as várias carreiras também tem de ser gerido no quadro da Legislatura e negociado com os respetivos sindicatos. Progressivamente vai-se deixando de recorrer às empresas de trabalho temporário, revendo o regime de pagamento das horas extraordinárias e recrutando mais médicos com contratos individuais de trabalho. Abordou a questão de haver mais de um milhão de utentes sem médico de família, valor que deve baixar no final do ano, esperando que no final da Legislatura todos os utentes tenham médico de família e com isso contribuir para melhorar o acesso à saúde e o atendimento no SNS.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 42/XIII/ 2.ª SL

Na segunda ronda fizeram perguntas os Deputados Ângela Guerra, Marisabel Moutela, Jorge Falcato, Ana Rita Bessa e João Ramos, a que o Ministro da Saúde respondeu em conjunto.

Na terceira ronda, usaram da palavra, para pedir esclarecimentos, os Deputados Miguel Santos, Maria Antónia de Almeida Santos, Carlos Matias, Teresa Caeiro, Carla Cruz, Isaura Pedro, Eurídice Pereira, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto, Bruno Dias, Fátima Ramos, Domingos Pereira, Cristóvão Simão Ribeiro, António Sales, José António Silva, Marisabel Moutela, Laura Magalhães, Ângela Guerra, António Costa e Silva, José Silvano, Álvaro Baptista e Sara Madruga da Costa, tendo o Ministro da Saúde respondido às questões colocadas, respostas que foram complementadas pelo Secretário de Estado Adjunto e da Saúde.

O Presidente agradeceu a vinda do Ministro e dos Secretários de Estado à Comissão de Saúde, bem como as informações e os esclarecimentos prestados.

A reunião foi encerrada às 13:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada e podendo a respetiva gravação/vídeo ser consultada no seguinte *link*:

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheAudicao.aspx?BID=102972>

Palácio de São Bento, 27 setembro 2016.

**O PRESIDENTE**

**(JOSÉ DE MATOS ROSA)**





## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 42/XIII/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
António Costa e Silva  
António Sales  
Bruno Dias  
Carla Cruz  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Domingos Pereira  
Eurídice Pereira  
Fátima Ramos  
Isabel Galriça Neto  
Isaura Pedro  
João Ramos  
Jorge Falcato Simões  
José António Silva  
José de Matos Rosa  
José Silvano  
Laura Magalhães  
Luís Vales  
Luísa Salgueiro  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Marisabel Moutela  
Miguel Santos  
Moisés Ferreira  
Ricardo Baptista Leite  
Teresa Caeiro  
Álvaro Baptista  
Ana Rita Bessa  
Carlos Matias  
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

João Gouveia  
José Luís Ferreira  
Luís Graça  
Luís Soares